

## Advocacia Pública: a defesa do Estado de Minas Gerais



A atuação dos procuradores do Estado de Minas Gerais, que, entre outras funções, controlam a legalidade dos atos da administração pública e viabilizam projetos que atendem às demandas da sociedade, é o eixo desta edição do Res Publica.

Em entrevista, o governador Romeu Zema, candidato à reeleição (2023-2026), avalia que a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG) tem contribuído com o Executivo tanto em sua atuação consultiva, quanto na contenciosa, citando como exemplos a sua participação no programa Destrava Minas, instituído pelo TJMG para a retomada de obras embargadas judicialmente, assim como a sua atuação, por vias judiciais, para a viabilização do projeto do Rodoanel para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, levado a leilão em 12 de agosto.

Entre outros papéis da Advocacia Pública, destacados por Zema, estão o combate à corrupção, ações de improbidade administrativa, um importante acordo de leniência e seu protagonismo em acordos como o estabelecido com a mineradora Vale, em fevereiro de 2021,

visando ao ressarcimento, aos cofres públicos, pelos prejuízos socioeconômicos e ambientais causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho, em 2019. Também nessa perspectiva, ele destaca a atuação dos procuradores do Estado em processo, ainda em curso, de renegociação com a Samarco, em virtude do primeiro grande desastre ambiental, ocorrido em Mariana, em 2015.

**Candidatos** - A entrevista decorre da proposta original do Res Publica, que tinha como objetivo publicar, nesta mesma edição, entrevistas com os dois candidatos ao governo de Minas com maior intenção de votos: Romeu Zema (Novo) e Alexandre Kalil (PSD). Aos dois foram propostas as mesmas perguntas, com o mesmo prazo e o mesmo espaço editorial. No entanto, como somente o candidato do partido Novo aceitou o convite da Apeminas, publicamos, com exclusividade, a sua mensagem de apresentação, algumas de suas propostas e projetos para o Executivo em Minas Gerais e sua expectativa quanto à atuação dos procuradores do Estado.

Páginas 3, 4 e 5



- **Palavra da Diretoria:** *Dias de lutas, dias de glórias*, por Daniela Victor de Souza Melo. .... Pág. 2
- **Resiliência:** procuradores do Estado viabilizam leilão do Rodoanel Metropolitano. .... Págs. 6 e 7
- **Apeminas empossa Diretoria (2022-2024) e celebra 19 anos de história associativa.** .... Págs. 8 e 9
- **Belo Horizonte sedia Encontro Nacional de Procuradorias de Meio Ambiente.** ..... Pág. 9
- **E mais: Retrospectiva Apeminas.** ..... Págs. 10, 11 e 12

# Dias de lutas, dias de glórias

Sempre em busca da satisfação dos interesses públicos, seja no polo ativo ou passivo de ações judiciais, seja exercendo a função de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, os procuradores do Estado vêm obtendo importantes vitórias ao longo dos últimos anos.

Essas vitórias – muitas vezes silenciosas e invisíveis aos olhos da população – é que viabilizam uma gestão responsável e eficiente dos recursos públicos, permitem a implementação de direitos e garantias fundamentais do cidadão, contribuem para a realização de projetos que visam ao bem-estar coletivo e ao constante crescimento e fortalecimento da sociedade e da economia mineiras.

Em momentos de grandes dificuldades trazidas pela pandemia da Covid-19, a atuação diligente dos procuradores do Estado de Minas Gerais viabilizou a aquisição de respiradores, a continuidade na prestação dos serviços públicos e a contratação emergencial de bens e serviços essenciais, apesar de todas as restrições econômicas e sociais impostas pela situação de calamidade em saúde pública de caráter nacional.

Ao oferecer as balizas do ordenamento jurídico e delimitar a atuação do gestor, a Advocacia Pública exerce o controle de legalidade dos atos administrativos, fortalecendo o regime democrático, em defesa da cidadania.

“... os procuradores do Estado buscam sempre alcançar o consenso, atendidas, obviamente, as balizas da legalidade, da moralidade e da eficiência”

Os procuradores do Estado de Minas Gerais, contudo, fazem muito mais do que limitar a atuação do gestor. Seu principal papel é oferecer caminhos, propor soluções, viabilizar a implementação das políticas públicas em prol da sociedade mineira e a realização do bem-estar de sua população.

Se é certo que a Constituição Federal de 1988 garante que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV), não menos verdadeira é a constatação de que a morosidade da justiça brasileira acaba por anular a razão de ser de tão importante fundamento constitucional.

Assim, além da adoção de medidas que permitam soluções judiciais mais rápidas para os processos em curso, tornou-se imperioso buscar uma nova conduta do Estado em relação ao Judiciário.

É nesse contexto que, nos conflitos entre Administração e administrado, quando inevitáveis, os procuradores do Estado buscam sempre alcançar o consenso, atendidas, obviamente, as balizas da legalidade, da moralidade e da eficiência, impostas diretamente pela Constituição Federal.

Final, a função judicante é substitutiva, e não primária, apenas encontrando sua justificativa quando inviáveis ou inoperantes os outros meios de solução de conflitos. Nesse sentido, foi se reforçando paulatinamente a ideia de se eliminar o excesso de tutela jurisdicional, que provoca situação de ofensa incompatível com o princípio da celeridade judicial.



Foto: Adriana Porto / Apeminas

Daniela Victor de Souza Melo

Diretora de Comunicação  
e Relações Institucionais

Parafrazeando a colega procuradora do Estado de Minas Gerais, Nilza Aparecida Nogueira, “a atuação da Advocacia Pública para o fim de desjudicialização, que já era crescente no mundo inteiro, passou a ser uma diretriz estabelecida de modo expresso no art. 26 da LINDB.”

Pelo trabalho incessante dos procuradores da AGE, essa diretriz veio contemplada na Lei nº 23.172/2018, que fomenta a prevenção da judicialização de conflitos entre particulares e o Estado de Minas Gerais pela utilização de meios consensuais de sua resolução.

À criação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC) deve-se juntar a sistematização das hipóteses de descabimento e dispensa de recursos judiciais, incentivando o respeito aos precedentes judiciais, o que imprimiu maior agilidade e eficiência na análise de pedidos de dispensa, e reduziu os prejuízos ao Estado de Minas Gerais decorrentes do disposto no art. 85 da Lei nº 13.015/2015 (Código de Processo Civil), que prevê a majoração dos honorários de sucumbência em grau recursal.

A regulamentação das matérias não recorríveis, com o apoio essencial do Núcleo de Uniformização de Teses, teve - e tem - também como escopo padronizar a atuação do ente público, viabilizando tratamento isonômico das questões jurídicas postas em discussão.

Nessa linha, de desjudicialização e eficiência, foram celebrados pela AGE importantes acordos homologados judicialmente, tais como o Acordo de Brumadinho – o maior acordo judicial da história brasileira, o primeiro Acordo de Leniência no âmbito do Estado de Minas Gerais, o Acordo para a devolução dos recursos retirados dos depósitos judiciais e o Acordo para devolução de recursos aos municípios, todos com excelentes resultados para a sociedade mineira.

Contudo, nas hipóteses em que o consenso não é possível, ou mesmo nas situações emergenciais que não possam aguardar a trajetória de obtenção de um acordo entre as partes, os procuradores do Estado, com sua atuação pronta, diligente e eficaz, também conquistam importantes vitórias para a sociedade.

Um exemplo recente vem relatado nessa edição, quando, após meses de enfrentamento de ações judiciais, a defesa competente e séria dos procuradores do Estado viabilizou a realização do certame.

Nada disso seria possível sem uma Advocacia Pública forte! E uma Advocacia Pública forte só se faz com a independência e autonomia de seus membros. Somos advogados do Estado, nunca advogados de governo. Lutamos pela sociedade mineira, e não pelo projeto individual deste ou daquele gestor.

O fortalecimento da carreira e o apoio aos seus integrantes mostram-se como elementos essenciais para essa construção. E aqui não se pode deixar de ressaltar o importante papel da nossa associação, nossa querida Apeminas, que, embora jovem, tanto contribuiu e vem contribuindo para esse fortalecimento.

Este ano a nossa Associação comemora 19 anos de existência. São 19 anos de batalhas, crescimento, união e muito trabalho duro, apoiando todos os procuradores do Estado de Minas Gerais, lutando pelos nossos direitos e prerrogativas e protegendo nossa atuação desatendida, com imparcialidade e profissionalismo.

É tempo de celebrar!

# Propostas para o Executivo de Minas Gerais



Romeu Zema, governador do Estado de Minas Gerais, candidato à reeleição (2023-2026)

Natural de Araxá, cidade do Triângulo Mineiro, Romeu Zema tem 57 anos e é pai de dois filhos. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP), Zema iniciou sua trajetória profissional aos 11 anos, seguindo os passos de seu pai. Foi cobrador, frentista, balconista, estoquista, caixa, comprador, vendedor, analista de marketing, analista comercial e gerente. Assumiu o controle das Lojas Zema em 1991 e foi responsá-

vel pelo salto que levou a rede varejista, de apenas 4 unidades em Minas Gerais, para 430 lojas em seis estados.

Em 2016, deixou o controle do grupo. Em 2018, se filiou ao partido Novo para se dedicar a uma nova missão: trabalhar por Minas Gerais. Foi eleito governador, com mais de 70% dos votos, e está fazendo uma gestão eficiente e responsável com o dinheiro público.

**RES PUBLICA** - Qual a sua opinião sobre a reforma da Previdência dos servidores públicos do Estado (PEC 55/2020)?

**ROME U ZEMA** - A reforma da Previdência do Estado foi fundamental para que conseguíssemos arrumar a casa e equilibrar as contas. Fizemos a proposta com muito diálogo e recebendo contribuições da Assembleia Legislativa para, então, chegarmos em um equilíbrio entre a responsabilidade fiscal e a garantia de direitos dos servidores. Essa foi uma das medidas importantes adotadas na minha gestão e que possibilitou que voltássemos a pagar os salários em dia, além de concedermos nesse ano um reajuste geral para o funcionalismo, de 10%, o que não ocorria há dez anos. A reforma da Previdência também foi muito importante para alcançarmos, em 2021, o equilíbrio fiscal. Depois de nove anos, o Estado voltou a ter superávit dentro do exercício fiscal anual.

**RP** - O senhor conhece a atuação da Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG)? Tem alguma proposta específica sobre a atuação do órgão?

**RZ** - Conheço bem a missão, a visão e os valores da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, instituição que possui sua atual conformação dada por meio da Emenda Constitucional Estadual nº 56, de 11 de julho de 2003, em que foram reunidas a Procuradoria-Geral do Estado e a Procuradoria-Geral da Fazenda Estadual. A AGE é uma instituição de Estado e, como tal, representa judicial e extrajudicialmente o Estado de Minas Gerais, e, em última instância, o povo mineiro, independentemente do governo.

É preciso destacar que, recentemente, a atual gestão da AGE, tão bem conduzida pelo Advogado-Geral do Estado, Doutor

Sérgio Pessoa de Paula Castro, publicou, após mais de uma década, edital para o preenchimento de 42 vagas para o cargo de Procurador do Estado. Trata-se de uma das medidas mais recentes para fortalecimento dos quadros de pessoal do órgão.

Em termos de estruturação, um primeiro grande passo para fortalecimento da AGE em nosso governo foi a aprovação da Lei Complementar nº 151, de 17 de dezembro de 2019, complementada pelo Decreto Estadual nº 47.963, de 29 de maio de 2020, que alterou a estrutura orgânica do órgão, trazendo racionalidade e aprimoramento da atuação, inclusive nas Assessorias jurídicas das Secretarias de Estado, órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Poder Executivo, diminuindo os litígios e trazendo mais diálogo para composições.

CONTINUA >>>



Mas muito mais coisas ainda podem ser feitas, e faremos. Por exemplo, o incremento da estrutura física de trabalho dos servidores e procuradores da AGE, a ampliação da atuação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos (CPRAC), para abranger também matérias tributárias, e a formação de agendas temáticas da AGE junto aos outros órgãos, a fim de serem compreendidos e resolvidos problemas que atingem diretamente os mineiros.

**RP - O que o senhor pensa sobre a possibilidade de privatização de empresas públicas (Cemig/Copasa)?**

**RZ** - Com a nova redação do projeto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), a exigência em relação às privatizações foi retirada. Porém, em relação à Codemig, na avaliação do governo estadual, a privatização da empresa é essencial para o sucesso do RRF, uma vez que, a partir do valor obtido com a venda, o Estado conseguirá diminuir o estoque dos Restos a Pagar e reduzir o superendividamento público. Já as discussões sobre a privatização de outras empresas, como Cemig e Copasa, ficarão, eventualmente, para um segundo mandato. Fortalecemos a gestão dessas empresas, com contratação de gestores técnicos que já tornaram as companhias mais eficientes e valorizadas no mercado e que terão um maior valor no momento em que for necessário discutir a desestatização.

**RP - O que o senhor pensa sobre o projeto de regime de recuperação fiscal de Minas Gerais?**

**RZ** - O Plano de Recuperação Econômica é essencial para o controle das contas do Estado. Passaremos a ter 30 anos de prazo para pagar uma herança perversa, uma dívida vencida, que, sem o RRF, teríamos de pagar em três ou quatro anos. Sempre repito que não temos um pote de ouro, mas um pote de dívidas. Temos uma gestão de gastos muito responsável e a adesão ao plano vai contribuir para haver a manutenção dos serviços primordiais para a população, como funcionamento dos hospitais e escolas, e melhorar a segurança e a infraestrutura. É uma diferença de mais de R\$ 12 bilhões em dois anos. Sem isso, teríamos um arrocho fiscal gigantesco. Além disso, no fim de junho, celebramos o contrato de refinanciamento das pendências jurídicas decorrentes das liminares e foram descontados mais de



Foto: Divulgação

R\$ 6 bilhões do estoque da dívida, resultando no refinanciamento em 30 anos de R\$ 35,6 bilhões.

Por meio da AGE, o Estado conseguiu junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma decisão para que sejam iniciadas diretamente com a União as tratativas para a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal e elaboração do Plano de Recuperação Fiscal, após a demora do Legislativo em votar as propostas que encaminhamos em 2019 sobre o RRF, e que ficaram paradas desde então. Sem a atuação, imprescindível, da AGE, não seria possível destravar esse bloqueio institucional.

**RP - Em sua visão, de que maneira a AGE-MG pode contribuir com o Executivo, tanto na formulação quanto na implementação de políticas públicas?**

**RZ** - A AGE-MG tem grande importância na viabilidade da construção de diferentes políticas públicas, em sua atuação consultiva, e mesmo contenciosa. Um exemplo é a participação do Estado no programa Destrava Minas, instituído pelo TJMG e que busca a retomada de obras embargadas judicialmente. Ao lado de outras instituições, a AGE é protagonista no levantamento dessas obras e na construção de acordos para que ocorra a conclusão das mesmas.

Do mesmo modo, não se vê projetos de

política pública, do pequeno ao grande, sem a participação da AGE em algum momento. Um exemplo é o novo traçado do Rodoanel, em que a AGE contribuiu na sua concepção, em seus aspectos jurídicos, além de atuar nas vias judiciais para evitar que esse projeto, de interesse da Região Metropolitana há mais de 20 anos, fosse travado por decisões judiciais.

**RP - Em relação ao combate à corrupção, qual a atuação que o senhor espera da AGE-MG?**

**RZ** - Tenho para mim que em time que se está ganhando, não se mexe. A AGE já tem grande atuação no combate à corrupção. Como exemplo cito a participação da AGE no Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira), implementado em 2007. De lá para cá, o Cira coleciona histórico de relevantes serviços no combate à corrupção, fraude e sonegação ao erário.

A AGE também tem papel destacado nas ações de improbidade, e, junto a outros órgãos, como a Controladoria-Geral do Estado, na celebração de acordos de leniência, como foi a celebração do Acordo de Leniência com empresas envolvidas em corrupção, em governos passados, e que ressarcirão aos cofres públicos.

**RP - Tradicionalmente, a solução de conflitos se verifica no mundo do Direito pela via contenciosa e do litígio. O senhor acredita na via do consenso, da mediação e da parceria como eficaz para solucionar conflitos que envolvam o poder público?**

**RZ** - Claro. Aposto na desjudicialização como o melhor caminho para a solução célere e eficaz de litígios. Cito como exemplo o acordo judicial efetivado em ação ajuizada pela AGE, no triste caso do rompimento da barragem em Brumadinho. Trata-se do maior acordo judicialmente homologado pelo Judiciário na história do Brasil, da ordem de quase R\$ 38 bilhões. Cito as tratativas para a repactuação do acordo no caso Mariana, que também tem a atuação liderada pela AGE. Cito também acordos para pagamentos dos repasses às prefeituras do Estado, atrasados por gestões passadas.

Qualquer discussão, das menores até as maiores, precisa de diálogo para ser resolvida. A política é feita do diálogo e o direito não é diferente.

CONTINUA >>>

**RP - De que maneira a AGE pode contribuir com o seu governo, no combate à sonegação e na ampliação da arrecadação fiscal?**

**RZ -** Primeiramente, devo dizer que o homem público deve dar o exemplo e ser o primeiro a não ter o nome inscrito em dívida ativa. Devendo cumprir integralmente com a legislação tributária, tanto na Pessoa Física como na Jurídica. E, como disse antes, a AGE é um dos atores do CIRA, instituído para combater a corrupção e a sonegação fiscal, além de atuar em ações de improbidade, acordos de leniência e ações preventivas de combate à corrupção e controle interno. A AGE trabalha ainda em sinergia com a Secretaria de Estado da Fazenda no que diz respeito à judicialização, quando necessária, de cobranças de débitos tributários e também em questões de fraude e sonegação de impostos.

É também a AGE a responsável pela cobrança da dívida ativa. Por isso, também a importância de capacitar a AGE tecnologicamente, para ampliar a regularização dos contribuintes no pagamento de seus impostos e, estruturalmente, ampliando a atuação da CPRAC.

**RP - A atuação consultiva da AGE tem valor inestimável, na medida em que evita o gasto público ilegal, irregular ou indevido. Qual acolhimento ou receptividade que o seu governo pretende dar aos pareceres jurídicos da AGE? Como será a**

**conduta governamental quando um parecer vedar uma proposta do governo?**

**RZ -** A AGE vem reforçando o seu serviço consultivo, sendo que um dos maiores méritos da atual gestão da AGE é a integração do consultivo ao contencioso. As manifestações consultivas da AGE são os melhores caminhos a serem seguidos, pois promovem a atuação preventiva e evitam a judicialização das demandas, acabando com essa cultura de toda hora termos que apagar incêndios. Não à toa a AGE sempre é escutada nas decisões governamentais.

**RP - Deseja deixar alguma mensagem para os procuradores do Estado de Minas Gerais?**

**RZ -** Quero, primeiramente, agradecer aos senhores Procuradores pelo trabalho que vem sendo prestado primorosamente. Vejo o comprometimento que possuem para desempenhar as suas atividades, sempre zelando pelo nosso Estado. As senhoras e os senhores, assim como eu, defendem o interesse das mineiras e dos mineiros e atuam, com honestidade e seriedade, para que Minas Gerais prospere.

Assim como ressaltai anteriormente, reconheço o importante papel exercido pela Advocacia-Geral do Estado ao longo da minha gestão para colocar em prática políticas públicas que ajudaram a colocar Minas de volta aos trilhos. Pela primeira

vez depois de seis anos, os servidores do Estado receberam o 13º salário pago integralmente, sem atrasos e sem parcelamento. A minha gestão também colocou em dia o pagamento dos funcionários e, neste ano, reajustou os salários de todas as categorias em 10,06%, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que determina essa recomposição vinculada à inflação.

Em 2021, fizemos o maior investimento da história de Minas Gerais na Saúde e Educação. Está em andamento a execução do maior pacote de obras rodoviárias da última década, com mais de R\$ 2 bilhões destinados para a recuperação e pavimentação de 2.500 km da malha viária mineira, contemplando todas as regiões do Estado.

Acreditamos que vamos mudar a realidade de Minas Gerais tornando o Estado mais atrativo para as empresas desenvolverem os seus negócios, sem burocracia e com segurança, e, dessa maneira, gerar emprego para todos os mineiros. Estamos no caminho certo. Já atraímos cerca de R\$ 237 bilhões em investimentos privados, valor que ultrapassa em 57% a meta estabelecida no início do governo, e, de 2019 a junho de 2022, Minas criou mais de 545 mil vagas de emprego, de acordo com o CAGED.

Sabemos que ainda há muito trabalho a ser feito, mas, com transparência e comprometimento, vamos continuar fazendo um governo eficiente e responsável. ■





# Advocacia-Geral do Estado viabiliza leilão do Rodoanel Metropolitano

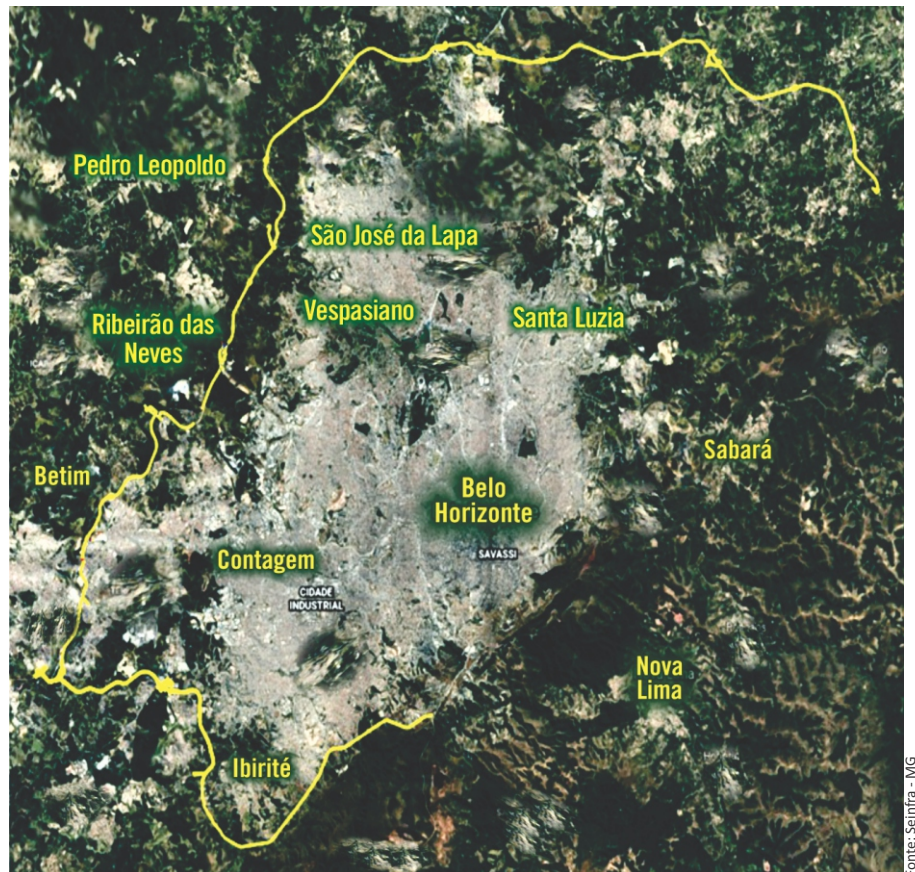
Após meses de enfrentamento de ações judiciais, no último dia 12 de agosto, foi realizado, na B3, em São Paulo, o leilão promovido pelo governo de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra-MG), para a concessão do Rodoanel da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O leilão foi vencido pela INC SPA, representada pela corretora Genial Institucional, que ofereceu o valor de contraprestação de R\$ 91.144.207,40 para a elaboração de projetos, construção, operação e manutenção do lote pelo prazo de 30 anos.

No entanto, para que fosse possível realizar o certame, anteriormente marcado para julho, a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG) trabalhou, por vias judiciais, para garantir a legitimidade do processo.

Durante a sessão pública, relativa ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2022, o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Marcato, agradeceu à sua equipe e a colaboradores de outras secretarias e instituições, e fez menção especial ao advogado-geral do Estado de Minas Gerais, Sérgio Pessoa de Paula Castro, e aos demais procuradores que atuaram diretamente para a realização do leilão:

“... pois o que essa Advocacia-Geral fez, poucas Advocacias Públicas têm condições de fazer: foram 48 ações só no Brasil. (...) Mas, agora, é hora de comemorar: Sérgio Pessoa; Margarida (Pedersoli), nossa advogada-geral adjunta; Renata Couto (Silva de Faria); Wallace (Alves dos Santos); Paulo de Tarso (Jacques de Carvalho) e Matheus (Fernandes Figueiredo) Couto”, agradeceu.

**Decisões judiciais** - Três decisões foram fundamentais para a realização do certame em 12 de agosto, após o adiamento do leilão, anteriormente previsto para julho: a da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a qual, a pedido do Estado de Minas Gerais, suspendeu os



Fonte: Seinfra - MG

efeitos da decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Empresarial, Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem, proferida no dia 12/07/2022; a do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG), em 10 de agosto, com indeferimento da medida cautelar requerida (Representação nº 1.114.634) pelo município de Contagem e adesão de Betim; e da 19ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais, que indeferiu pleito liminar em ação civil pública do Ministério Público Federal, que alegava falta de consulta prévia a comunidades quilombolas situadas nas imediações do traçado do projeto (processo nº 1037729-55.2022.4.01.38-00, publicado no DJe em 11/08/2022).

As decisões exaradas pelo Poder Judiciário, embora em sede de tutela liminar, foram unânimes em arrear as pretensas irregularidades apontadas pelos municípios, o que viabilizou a realização da sessão pública no dia 12 de agosto.

**Relações interinstitucionais** - O fortalecimento das relações interinstitucionais, que tem sido defendido pela Apeminas como meio para viabilizar projetos e políticas públicas, também foi evidenciado por Marcato durante o leilão, citando, especialmente, do Poder Judiciário, os órgãos: Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o Ministério Público Federal (MPF), o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), “que nos chamou atenção do que poderia ser melhorado” e a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), que vai apoiar a Seinfra nos processos de desapropriação.

Para a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, “a realização do leilão confirma a relevância dos procuradores do Estado como viabilizadores de políticas públicas que visam ao atendimento da sociedade. Sabemos o quanto foi árduo o trabalho dos colegas. Mais uma vez, fica demonstrada a capacidade técnica e o

CONTINUA >>>

comprometimento dos advogados públicos de Minas Gerais. Como temos afirmado, a interinstitucionalidade, sob a égide da parceria, da consensualidade e da convergência, com foco no interesse público, é força revolucionária que se propaga no mundo do Direito”, pontuou.

E é este o caminho que tem sido trilhado pela AGE-MG. Por iniciativa do advogado-geral, Sérgio Pessoa de Paula Castro, em 27 de julho, o Estado propôs aos municípios que vão ser afetados pelo Rodoanel Metropolitano a possibilidade de eles integrarem uma comissão formada por técnicos do Estado e pelas respectivas prefeituras, sob a mediação do TCEMG.

Com esse canal de interlocução, o objetivo é reunir esforços das equipes técnicas dos entes federados para agregar contribuições que possam aperfeiçoar o projeto funcional do Rodoanel e, eventualmente, promover alterações e ajustes que se façam necessários. Para tanto, foi celebrado um termo de cooperação técnica, a fim de instituir um Comitê Interfederativo de Acompanhamento da Implantação do Rodoanel, voltado a monitorar, *pari passu*, a construção do seu projeto funcional.

**Acordo com a Vale** - O projeto do Rodoanel Metropolitano é fruto do acordo firmado, em 4 de fevereiro de 2021, no valor de R\$ 37,68 bilhões, entre a mineradora Vale e o Estado de Minas Gerais, por meio da AGE-MG, como compensação por graves danos econômicos e socioambientais causados pelo rompimento da barragem da mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (RMBH), em janeiro de 2019.

Segundo informou Fernando Marcato, durante reunião da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), realizada em 14 de junho, o acordo prevê que a atuação do Estado na área de mobilidade acontece em três blocos (Metrô da RMBH, Rodoanel Metropolitano e intervenções em rodovias pelo Estado) e que a Seinfra dispõe de R\$ 4,5 bilhões para investir em mobilidade, a título de compensação.

■ Com informações da B3 e ALMG

## Benefícios esperados



**A previsão é de que o Rodoanel Metropolitano reduza o número de acidentes no Anel Rodoviário de Belo Horizonte, atualmente da ordem de 1 mil por ano**

O objetivo do leilão foi a seleção da proposta mais vantajosa para a elaboração de projetos, construção, operação e manutenção do lote pelo prazo de 30 anos. O projeto, que contará com o aporte de R\$ 3 bilhões pelo Estado para a sua implementação, será a maior PPP (Parceria Público-Privada) da história de Minas Gerais. Além desse aporte, a vencedora da licitação deverá investir R\$ 2 bilhões.

O traçado do rodoanel atravessa onze municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte: além da capital mineira, Betim, Contagem, Ibirité, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano.

De acordo com a Seinfra, os benefícios esperados com a construção do novo corredor são significativos, tanto para os municípios adjacentes, quanto para aqueles integrantes da região de influência. Além da redução de mais de 1 mil acidentes por ano no atual Anel Rodoviário de Belo Horizonte, os estudos relacionados ao projeto destacam outros ganhos, tais como:

- Aumento do PIB da RMBH – entre 7% e 13% em 10 anos;
- Aumento da produtividade da RMBH, com crescimento da produção entre 0,8% e 1,3% em 10 anos;
- Redução de deslocamento e tempo de viagem entre 30 e 50 minutos, tanto para veículos de carga, quanto na mobilidade urbana;
- Geração de mais de 10 mil empregos diretos e indiretos;
- Segurança viária, com a previsão de uma rodovia com todos os recursos necessários para manutenção do serviço e do pavimento;
- Diminuição dos impactos ambientais por meio de compensações e de reduções da emissão de CO2 em mais de 10%;
- Diminuição dos custos de carga e escoamento, gerando maior competitividade dos produtos mineiros;
- Aumento de programas de apoio social;
- Diminuição do fluxo de caminhões nas regiões marginais e urbanas de Belo Horizonte entre 4 mil e 5 mil veículos comerciais, permitindo a requalificação da vocação do atual Anel;
- Melhoria do fluxo nas marginais;
- Melhoria no trânsito de veículos de transporte coletivo nos limites de Belo Horizonte;
- Expansão e desenvolvimento das cidades próximas ao Rodoanel (aumento de serviços, moradia);
- Melhoria da captação fluvial;
- Segurança hídrica.

■ Com informações da B3 e Seinfra



# Apeminas: unidos somos mais fortes

No dia 22 de setembro, quinta-feira, a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Apeminas) celebra dois importantes momentos: os 19 anos de história da entidade representativa da classe e a posse dos diretores e conselheiros que responderão por sua gestão no período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2024. Todo este movimento será coroado com o *II Encontro Nacional de Procuradorias de Meio Ambiente*, que será realizado no dia seguinte, no mesmo local, em Belo Horizonte.

Embora seja uma entidade nova, com apenas 19 anos de atuação, a Apeminas vem cumprindo o seu papel fundamental na defesa dos direitos e na construção do debate público em torno dos interesses da categoria. A entidade tem poder, previsto em lei e no seu estatuto, para representar jurídica, administrativa e politicamente em favor dos seus associados.

A Apeminas é fruto da união de procuradores do Estado de Minas Gerais com interesses comuns, reunidos para alcançar seus objetivos classistas, dentre os quais merece destaque a defesa dos direitos e prerrogativas de seus associados, para que, com autonomia e independência, consigam exercer o seu ofício, e cumprir o efeito, finalisticamente, de satisfazer as demandas da população mineira.



No entanto, conforme observa a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, os associados, embora tenham interesses em comum, por vezes divergem. Trata-se de um grupo de profissionais muito heterogêneo, considerando a data de ingresso na AGE-MG; as diferenças de vantagens remuneratórias e regime previdenciário; a área de atuação, com distintas atribuições dentro dos órgãos que atuam; particularidades nos locais de trabalho, entre outras condições.

A Associação, além de oferecer benefícios personalizados aos seus associados, garante-lhes acesso a produtos e serviços exclusivos e específicos; realiza cursos e programas de formação da categoria; disponibiliza assessoria jurídica aos seus filia-

dos e exerce, em nome deles, poder de negociação com os Poderes Executivo e Legislativo. Também desenvolve programas de saúde e bem-estar e oportunidades de confraternização, e busca a proximidade com seus associados pelas vias tradicionais (jornais) e mais contemporâneas (newsletters, clipagem, redes sociais, sites, podcasts, lives, entre outros), além de promover assembleias mistas (presenciais e virtuais), prestando contas e zelando pela transparência na gestão.

Nas palavras de Célia Cunha Mello, “o exercício pleno da função institucional afeta aos procuradores do Estado pressupõe respeito às prerrogativas funcionais, adequadas estrutura física e tecnológica de trabalho, além de atualização técnico-jurídica continuada. Investimos no diálogo e na transparência como caminhos para o nosso fortalecimento, porque reconheço que a missão mais importante de uma entidade de classe é promover a união da categoria, procurando atender os interesses comuns e, também, as especificidades individuais ou de parte da categoria, desde que não conflitantes com os interesses de outros associados. Superar as diferenças e manter a classe coesa é nossa missão. A união é força revolucionária e esta é a nossa bandeira”, enfatiza. ■



## BREVE HISTÓRIA

A Apeminas foi criada em 22 de setembro de 2003, resultado da fusão de três entidades: Associação Mineira dos Procuradores do Estado (Apemg); Associação dos Procuradores da Fazenda do Estado de Minas Gerais (Aprominas) e a Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais (Aproc).

A fusão ocorreu a partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 56, de 11 de

julho de 2003, que, ao criar a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, unificou as carreiras de procuradores do Estado e da Fazenda Estadual. Os integrantes da nova carreira passaram a ter a competência exclusiva da representação judicial e consultoria jurídica do Estado de Minas Gerais em todas as áreas do Direito.

**Reconhecimento** – Muitos foram os construtores desta história, entre diretores, conselheiros, parceiros e apoiadores. Entre eles, destacam-se aqueles que se dispuse-

ram a assumir o comando para unir e trabalhar pela classe.

Integram a Galeria dos Presidentes: Lysandro Norton Siqueira (2003); Marconi Bastos Saldanha (2004-2006); Roney Oliveira Júnior (2006-2008); Gustavo Chaves Carreira Machado (2008-2010 e 2014-2016); João Lúcio Martins Pinto, *in memoriam* (2010-2012); Jaime Nápoles Villela (2012-2014); Ivan Ludovice Cunha (2016-2018 e 2018-2020) e Célia Cunha Mello (2020-2022 e 2022 - em curso). ■



# Tempo de celebrar

A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, convida todos os associados, autoridades e representantes de entidades parceiras para a solenidade de posse dos diretores e conselheiros, a ser realizada no dia 22 de setembro, reinaugurando a fase de encontros presenciais em um momento festivo.

Respondem pela Apeminas no período de julho de 2022 a junho de 2024 os seguintes procuradores do Estado:

**Diretoria Executiva:** Célia Cunha Mello (Presidente); Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho (Vice-presidente); José dos Passos Teixeira de Andrade (Diretor Administrativo); Rafaella Barbosa Leão (Diretora Financeira); Renata Viana de Lima Netto (Diretora Social); Daniela Victor de Souza Melo (Diretora de Comunicação e Relações Institucionais); Adrienne Lage de Resende (Diretora de Relações com os Aposentados e Pensionistas); Vinícius Rodrigues Pimenta (Diretor de Relações com as Unidades no In-



Foto: Célia Cunha Mello/Apeminas

terior do Estado) e Leonardo Bruno Marinho Vidigal (Diretor Jurídico).

**Conselho Fiscal:** João Viana da Costa (Presidente); Aline Cristina de Oliveira Amaranti (Secretária) e Sávio de Aguiar Soares (Vogal). **Conselho Consultivo:** Ivan Luduvica Cunha (Presidente), Gustavo Chaves Carreira Machado (Vice-presidente) e os membros eleitos Ronaldo Maurílio Cheib, Daniel Bueno Cateb e Joana Faria Salomé. ■

A posse será realizada no dia 22 de setembro, no Renaissance Work Center - Rua Paraíba, 550, no bairro Funcionários, em Belo Horizonte. O credenciamento começa às 18h, com início da solenidade às 19 horas. No dia seguinte, dia 23, será promovido, no mesmo local, a partir das 9h, o II Encontro Nacional de Procuradorias de Meio Ambiente.

## ENCONTRO NACIONAL

### Atuação Consensual da Advocacia Pública Ambiental

Integrando as comemorações dos 19 anos de sua história, a Apeminas, em conjunto com a Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), realizará, em Belo Horizonte, no dia 23 de setembro, o II Encontro Nacional de Procuradorias de Meio Ambiente (ENPMA). Dedicado ao tema *Atuação Consensual da Advocacia Pública Ambiental - Criando Soluções*, o evento tem como coordenadores científicos o procurador do Estado de Minas Gerais, Lysandro Norton Siqueira (Apeminas) e a 2ª vice-presidente da Anape, Cristiane Santana Guimarães.



O encontro começa às 9 horas, com a palestra de abertura do desembargador federal (TRF-6), Edilson Vitorelli. Professor da Faculdade de Direito da UFMG, ele já atuou como procurador da República, juiz federal na 4ª Região e procurador do Estado de Minas Gerais. Logo depois será realizada a Mesa de Debates:

*Compartilhando experiências para a atuação consensual da Advocacia Pública Ambiental.* O coordenador científico, pela Apeminas, convida todos os procuradores a participarem deste encontro nacional. ■

### Criando soluções\*

A ideia de realização do evento partiu da 2ª vice-presidente da Anape, Cristiane Santana Guimarães, com o objetivo de congregar os procuradores que atuam na área de Meio Ambiente em todos os Estados e no Distrito Federal. No ano passado, fui convidado pela Anape para colaborar na coordenação científica do I Encontro Nacional, que, em razão das restrições da pandemia, foi realizado virtualmente. Foi um evento muito produtivo, com abertura realizada pelo professor Paulo Affonso Leme Machado, um dos grandes ícones do Direito Ambiental, além de palestras e participações de vários colegas de todo o Brasil.

Neste ano, teremos o II Encontro Nacional de Procuradorias de Meio Ambiente, que será realizado em um dia, presencialmente, especialmente para que seja mantida a tradição desses encontros. Será uma oportunidade de os colegas dos Estados e Distrito Federal, que atuam com a mesma matéria, trocarem experiências e poderem entender as realidades de um país tão heterogêneo, de extensão territorial tão ampla como o nosso, com realidades socioeconômicas distintas, para que consigamos aperfeiçoar a nossa atuação no dia a dia da Advocacia Pública.

\* **Lyssandro Norton Siqueira**

Procurador do Estado de Minas Gerais  
Professor da Escola Superior Dom Hélder Câmara

E, ainda, especificamente em relação a Minas Gerais, teremos a oportunidade de troca de experiências entre colegas que atuam no contencioso, no consultivo, colegas que estão, hoje, como é o meu caso, trabalhando em questões como desastres ambientais, colegas que estão trabalhando em outras questões, como ações civis públicas, ações populares, como a da Serra do Curral, entre outras, e também os colegas que atuam nas entidades da administração indireta. No Estado temos três entidades ambientais - Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) - e é muito oportuno que a gente tenha essa troca de experiências. ■

■ Informações adicionais: sites da Apeminas e Anape.

## RELAÇÕES INTERINSTITUCIONAIS

## Res Publica celebra parcerias

O fortalecimento das relações interinstitucionais foi o tema central da edição 34 do jornal trimestral Res Publica (abril/maio/junho de 2022). A publicação, que contou com entrevista do advogado, procurador do Estado de Goiás e membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Marcello Terto e Silva, e com artigo da professora e procuradora do Estado de Minas Gerais, Raquel Melo Urbano de Carvalho, apresentou matéria especial sobre a inauguração da sede própria da AGE-MG, em Uberlândia, no dia 20 de junho.

A sede é um marco na história da Advocacia Pública mineira, pois materializa a importância dos procuradores do Estado para a sociedade e consolida o seu lugar junto às demais funções essenciais à Justiça. Mais do que isso, confirma a necessidade de fortalecimento das relações interinstitucionais para a



Foto: Bruno Azevedo / Apeminas



viabilização de projetos e execução de políticas públicas. Além dos recursos, da ordem de R\$ 6,5 milhões, decorrentes de demandas ajuizadas pelo Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), também apoiaram a iniciativa a Prefeitura e a Câmara Municipal de Uberlândia, entre outras parcerias.

## Célia Cunha Mello prestigia posse na OAB Minas



Foto: Apeminas

O presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, recebe a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello.



Foto: Apeminas

A procuradora do Estado, Vanessa Almeida Cruz, conselheira da OAB Minas, comemora o momento, ao lado do presidente Sérgio Leonardo.

O presidente da Adep-MG, Fernando Martelleto e a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, cumprimentam o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco.



Foto: Divulgação/Adep-MG

No dia 2 de junho, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, participou, em Belo Horizonte, da solenidade de posse da Diretoria da OAB Minas Gerais e da Caixa de Assistência dos Advogados (CAA-MG) que, no triênio 2022/2024, estarão sob o comando, respectivamente, de Sérgio Leonardo e Gustavo Chalfun.

Entre os conselheiros empossados há duas procuradoras do Estado: Vanessa Almeida Cruz e Daniela Victor de Souza Melo, atual diretora de Comunicação e Relações Institucionais da Apeminas. “Elas muito nos honram, e certamente, vão contribuir para a valorização da Advocacia Pública e de seu papel na defesa do Estado Democrático de Direito”, avalia Célia Cunha Mello.

Segundo ela, o evento, conduzido pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Beto Simonetti, foi uma conjunção favorável para que a Apeminas pudesse estreitar os laços interinstitucionais. “Tivemos oportunidade de encontro com juristas renomados, parlamentares, integrantes do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e dirigentes de entidades. Chamo atenção para o discurso do presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, que renovou para a Advocacia a confiança de que a classe não terá um tratamento detrimetoso em relação às demais funções essenciais à justiça”.

## Apeminas atua pela melhoria do Sistema Pje

Em atendimento aos associados, que, em 30 de maio, tiveram contratempos no desenvolvimento de seus trabalhos, em virtude da instabilidade do sistema Pje e da dificuldade de conexão com o Tribunus, no mesmo dia a Apeminas solicitou à Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG) atuação institucional para solução do problema, no que foi prontamente atendida.

A AGE-MG enviou ofício ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que, por sua vez, no dia 1º de junho, publicou Aviso Conjunto 64/PR/2022 sobre a suspensão dos feitos que tramitariam no Processo Judicial Eletrônico, no período de 30 de maio a 6 de junho. Devido à persistência do problema, decorrente da implantação da nova versão do sistema, o TJMG publicou outro Aviso Conjunto, disponibilizado na edição do DJe de 6/6/2022, informando que os prazos estariam suspensos de 7 a 13 de junho de 2022. Os prazos foram restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação, no primeiro dia útil seguinte ao término do período de suspensão. As certidões de indisponibilidade continuaram a ser publicadas no Portal do TJMG para os fins de direito.

De acordo com a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, a ação deu um fôlego aos profissionais, mas a expectativa é de que o problema seja corrigido em definitivo. “Já tivemos oportunidade de participar de reuniões com membros da OAB e do TJMG, para oferecer sugestões para melhoria do atendimento. Continuaremos trabalhando para que, juntos, alcancemos melhores resultados”, informou.

## PRODUTOS E SERVIÇOS

**Res Publica** - O jornal, de periodicidade trimestral, é distribuído para os associados por e-mail e na versão impressa, também destinada às entidades parceiras, veículos de comunicação e Mundo Oficial. A cada edição, apresenta a coluna Palavra da Diretoria, entrevista e matérias sobre temas especiais, além de notícias com as principais ações da Apeminas.



**APENews** - A newsletter, ou boletim virtual, tem duas páginas e é distribuída todas as sextas-feiras, por e-mail, aos associados Apeminas. A publicação divulga, de forma breve, informações sobre ações da Associação e da AGE-MG, indica artigos e apresenta notas sobre decisões do Judiciário, Legislativo e Executivo, de interesse da Advocacia Pública.

**Redes Sociais** - Diversas vezes por semana, a Apeminas divulga, em seus canais no Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn, as principais ações da Apeminas, eventos e análises de acontecimentos que possam contribuir para o exercício profissional e qualificação de seus associados.



**Site** - No site da Apeminas são destacadas as principais ações ou acontecimentos de interesse do associado, assim como convênios, convocações e articulações relativas à classe. Também são disponibilizadas todas as edições do Res Publica e da APENews, entre outras publicações e conteúdos.

**APEClipping** - O APEClipping é distribuído, todos os dias úteis, aos associados da Apeminas. É uma coletânea de notícias publicadas pelos veículos de comunicação do Brasil e de Minas, especialmente selecionadas para os procuradores do Estado de Minas Gerais.



**Campanha saúde** - A Apeminas tem desenvolvido uma campanha, por meio de suas redes sociais, para estimular os associados a praticarem atividades que levem à saúde e ao bem-estar. Uma vez por mês, um associado compartilha com os colegas a sua experiência e os benefícios para o corpo, a mente e o espírito.



## ASSUNTOS LEGISLATIVOS

## Representantes levam propostas da classe aos senadores

Maio foi um mês intenso para as entidades representativas dos procuradores dos Estados e do Distrito Federal. Junto com dirigentes da Anape e de outras associações estaduais, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, percorreu o Senado Federal, em Brasília, em busca de apoio dos parlamentares a propostas que asseguram os direitos e prerrogativas dos procuradores dos Estados.

Entre os senadores contactados, destaca-se Alexandre Silveira (PSD-MG), que

manifestou apoio aos pleitos da classe. Os representantes foram recebidos pelos senadores Paulo Rocha (PT-Pará); Marcos Rogério (PL-RO); Acir Gurgacz (PDT-RO), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE); Eduardo Girão (Podemos-CE) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e também pelas assessorias dos senadores Carlos Viana (PL-MG) e Lasier Martins (Podemos-RS). Em 1º de junho, as visitas foram estendidas aos senadores Soraya Thronicke (União-MS), Esperidião Amin (PP-SC), Renan Calheiros (MDB-AL) e Fabiano Contarato (PT-ES).



Representantes dos procuradores dos Estados) e Distrito Federal são recebidos pelo senador Paulo Rocha (PT-PA)



Senador Marcos Rogério (PL-RO) recebe Célia Cunha Mello e representantes da Anape e outras associações estaduais



Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ouve os pleitos da Advocacia Pública



Registro do encontro com o senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE)



Senador Eduardo Girão (Podemos-CE) recebe a visita dos procuradores



Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) tem apoiado os pleitos da classe



Propostas dos procuradores são levadas à Senadora Soraya Thronicke (União-MS)



Delegação é prestigiada pelo senador Esperidião Amin (PP-SC)



Senador Fabiano Contarato (PT-ES) manifesta admiração pelo trabalho dos procuradores do Estado



Senador Renan Calheiros (MDB-AL) recebe as propostas dos representantes da classe

## AÇÕES INSTITUCIONAIS

## Diretoria apresenta balanço de atividades

No dia 13 de maio, a Apeminas realizou uma Assembleia Geral Ordinária, em formato híbrido, sendo presencial para a Diretoria Executiva, na sede da entidade, e virtual para os associados, por meio do aplicativo Zoom.



A Assembleia foi aberta com a apresentação da Jusprev (Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), pois, em janeiro deste ano, a Apeminas passou a compor o Colégio de Instituidoras, para oferecer alternativa de previdência complementar para os seus associados.

Na ocasião, foi distribuída uma publicação de 14 páginas, intitulada Informe de Atividades, com um resumo das principais ações da Apeminas entre julho de 2020 e março de 2022. A edição está disponível para consulta, no site da Associação: [www.apeminas.org.br](http://www.apeminas.org.br).

## AGE e Apeminas visitam a Regional de Uberaba



Divulgação AGE Uberaba

No dia 21 de junho, a presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, acompanhou o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, em visita à Regional de Uberaba, no Triângulo Mineiro. Eles foram recebidos pelo advogado-regional, José Maria Brito dos Santos; e pelo advogado-regional adjunto, Gustavo de Queiroz Guimarães, além dos demais procuradores do Estado e servidores. Para Célia Cunha Mello, esse encontro presencial, após longo período de pandemia e isolamento social, "foi uma boa oportunidade para trocas de informações e alinhamento dos projetos e ações".



## PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO

Entre as atribuições da Apeminas, está a de contribuir para a difusão do conhecimento e debater temas de interesse da classe. Por isso, a Associação investe na produção de publicações, como o jornal trimestral Res Publica e o boletim semanal APENews, além de apoiar instituições parceiras, premiações e produções de livros e artigos que visam ao aprimoramento profissional e à valorização do procurador do Estado de Minas Gerais. No segundo trimestre de 2022, destacam-se as seguintes promoções:

## ARTIGOS

A Apeminas divulgou a oportunidade de os procuradores do Estado publicarem artigos em veículos de comunicação, como o site Migalhas e a revista *Justiça & Cidadania*, produzida pela JC Editora, em parceria com tribunais, órgãos do Judiciário e entidades de classe das carreiras jurídicas, entre elas, a Anape.



Conteúdos de interesse da classe também foram disponibilizados, por meio de seu boletim semanal APENews, a exemplo do artigo *Benefício especial: migrar ou ser migrado?*, que trata sobre Previdência Social. De autoria do presidente do Instituto Brasileiro de Direito Público, Paulo Modesto, foi publicado pelo Conjur, em 2 de junho. Também destacada a resenha do advogado, consultor, parecerista e professor Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy, publicada em junho, pelo Conjur, sobre o livro *Transações Administrativas*, de autoria do advogado e ex-procurador-geral do Estado de Minas Gerais, Onofre Alves Batista Júnior.

## LIVROS

A presidente da Apeminas, Célia Cunha Mello, participou, em 30 de junho, do lançamento do livro 'Supremos Acertos', promovido na sede da CAA/OAB, em Belo Horizonte. A obra, da Editora Casa do Direito, reúne 82 artigos, sob coordenação do advogado e professor da USP, Fernando Facury Scaff; do professor e membro do Conselho Universitário da USP, Heleno Taveira Torres; da especialista em Direito Tributário, ex-advogada-geral do Estado de Mi-



Daniela Victor de Souza Melo, Onofre Alves Batista Júnior e Célia Cunha Mello

nas Gerais e do município de Belo Horizonte, Misabel Abreu Machado Derzi, e do advogado e professor Onofre Alves Batista Júnior, que também já exerceu o cargo de advogado-geral do Estado de Minas Gerais. Um dos artigos é assinado pelo advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro.



Célia Cunha Mello, Misabel Abreu Machado Derzi e Daniela Victor de Souza Melo.

## REVISTAS

**Celso Barbi Filho** - A Apeminas reafirmou o seu apoio ao Centro de Estudos Celso Barbi Filho (AGE-MG) na promoção da Revista Jurídica, a ser lançada no segundo semestre do ano, que será dedicada aos 20 anos da AGE-MG.

**MPCMG** - A terceira edição da revista Controle em Foco (janeiro/junho de 2022) foi distribuída aos associados. O conteúdo foi compartilhado pela subprocuradora-geral do Ministério Público de Contas de Minas Gerais (MPC-MG), Cristina Andrade Melo, que assina um dos artigos, intitulado *O financiamento adequado como garantia do direito fundamental à educação*. Outro destaque é o artigo conjunto do controlador-geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, e do advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa, sobre *A atuação institucional concertada em prol do combate a corrupção e da justiça consensual, mais célere e eficaz: a atuação conjunta da Advocacia-Geral do Estado (AGE-MG) e da Controladoria-Geral do Estado (CGE/MG) no contexto dos acordos de leniência*.

## LITERATURA

A Apeminas dedicou a capa da edição 78 da APENews à Bienal Mineira do Livro 2022, que foi realizada em maio, tendo como homenageado o escritor Olavo Romano, procurador do Estado aposentado e associado da Apeminas. Para

## APEMINAS e Bienal, parceria amiga do livro e da leitura.

De 13 a 22 de maio, no BH Shopping. Mais de 160 horas de programação, 60 editoras, centenas de autores e artistas.

Use o cupom **APEMINAS** e garanta **10%** de desconto no seu ingresso!



estimular o comparecimento dos colegas da AGE e suas famílias, o escritor, gentilmente, providenciou um desconto de 10% para os associados.

## EVENTOS

**Maio** - A Apeminas apoiou, por meio de divulgação e sorteio de inscrições, o *I Congresso Internacional de Direito Tributário – Novos horizontes da tributação*, realizado pelo Instituto de Aplicação do Tributo (IAT), em Trancoso (BA). Ainda em maio, a Anape promoveu o evento on-line *Resolução de conflitos: O caminho para que a Justiça seja para todos*, em parceria com o site Migalhas. A série de eventos Diálogos PGE, da Procuradoria-Geral do Maranhão, realizada com o tema *Nova Lei de Improbidade Administrativa*, também contou com o apoio da Apeminas. No dia 11, foi realizado o webinar "Saúde (Pública e privada) e suas inovações tecnológicas", organizado pela Escola da Advocacia-Geral da União (EAGU), com a colaboração do Centro de Estudos Celso Barbi Filho (AGE-MG), contando com a participação do procurador do Estado de Minas Gerais, Kleber Silva Leite Pinto Júnior.

**Junho** - A Apeminas colaborou com a divulgação do *II Congresso Mineiro de Responsabilidade Civil*, realizado pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil, em parceria com a Faculdade de Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara. O procurador do Estado Lyssandro Norton Siqueira participou do evento com palestra sobre *Responsabilidade civil ambiental, com foco no tema Desastres socioambientais: solução consensual ou de conflitos?* No mesmo mês, a Associação apoiou outro evento da Anape: o *III Encontro Nacional das Procuradorias de Saúde*, realizado em São Luís (MA), em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado do Maranhão (Aspem); PGE/MA e Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão. A procuradora do Estado de Minas Gerais, Maria Cecília Castro, foi uma das palestrantes.

## RES PUBLICA

Informativo da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais - APEMINAS

www.apeminas.org.br

Apeminas - Diretoria - Presidente: Célia Cunha Mello; Vice-presidente: Paulo Valadares Versiani Caldeira Filho; Diretor Administrativo: José dos Passos Teixeira Andrade; Diretora Financeira: Rafaella Barbosa Leão; Diretora Social: Renata Viana de Lima Netto; Diretora de Comunicação e Relações Institucionais: Daniela Victor de Souza Melo; Diretora de Relações com os Aposentados e Pensionistas: Adrienne Lage de Resende; Diretor de Relações com as Unidades no Interior do Estado: Vinicius Rodrigues Pimenta; Diretor Jurídico: Leonardo Bruno Marinho Vidigal.

Conselho Fiscal - Presidente: João Viana da Costa; Secretária: Aline Cristina Oliveira Amaranti; Vogal: Sávio de Aguiar Soares. Conselho Consultivo - Presidente (membro nato): Ivan Luduvic Cunha; Vice-presidente (membro nato): Gustavo Chaves Carreira Machado; Membros: Ronaldo Maurílio Cheib; Daniel Bueno Cateb; Joana Faria Salomé.

Res Publica - Produção editorial: Mombak Comunicação Estratégica. Jornalista responsável: Marli Assis - MTB 5.571-JP. Redação: Andrea Rocha. Projeto gráfico e arte: Código Plus. Endereço: Rua Espírito Santo, 466 / sala 1506 - Centro - Belo Horizonte (MG) - CEP 30160-916. Tels (31) 3261.3532 e (31) 9.9987.5331/WhatsApp. E-mail: apeminas@apeminas.org.br. Site: www.apeminas.org.br. Redes sociais: Facebook, Instagram, Twitter e LinkedIn.